

Aviso de Privacidade

Validado em 11/06/2026

Este Aviso de Privacidade explica como a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPEMT) trata e protege os dados pessoais ao prestar o **serviço público de assistência jurídica gratuita**. Como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, temos o compromisso de defender os direitos dos cidadãos com responsabilidade, segurança e transparência.

Com esse objetivo, observamos a [Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#), a [Lei de Acesso à Informação \(LAI\)](#), a nossa [Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais Interna \(PPPD – Resolução nº 017/2025/DPG\)](#), a [Carta de Serviços ao Cidadão](#) e as [regras do sistema SOLAR](#).

1- Qual o público-alvo?

Este aviso é destinado aos usuários dos serviços públicos prestados pela DPEMT. Ou seja, ele se destina às pessoas que solicitam ou recebem a assistência e o atendimento jurídico gratuitos pela DPEMT.

2- Qual o alcance?

Este aviso se aplica a toda forma de tratamento de dados pessoais realizada na prestação dos serviços públicos oferecidos pela instituição, incluindo o uso do Sistema SOLAR.

3- Definições de termos utilizados neste Aviso

- Dado Pessoal: informação que identifica ou pode identificar você, como nome, CPF, endereço, entre outros.
- Dado Sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.
- Titular: é você, a pessoa a quem os dados pertencem.
- Tratamento: qualquer ação feita com seus dados, como coletar, guardar, usar ou eliminar.

UNIDADE DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- Controlador: é quem define como seus dados pessoais serão usados, ou seja, a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPEMT).
- Operador: é o órgão ou empresa que executa o tratamento com seus dados pessoais seguindo as regras estabelecidas pela DPEMT.
- [Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais](#): é o profissional que ajuda você a se comunicar com a Defensoria sobre seus dados pessoais. Também é conhecido como DPO (*Data Protection Officer*).
- [Agência Nacional de Proteção de Dados \(ANPD\)](#): é o órgão do governo que fiscaliza o cumprimento da [Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#).
- Eliminação: é a exclusão definitiva de seus dados pessoais armazenados em nossos bancos de dados.
- Transferência Internacional de Dados: é o envio de dados pessoais para país estrangeiro ou organização internacional sediada no exterior.
- Uso Compartilhado de Dados: é quando a Defensoria envia seus dados para outro órgão público ou instituição necessária para garantir seus direitos. Por exemplo, quando enviamos informações ao Poder Judiciário para instruir um processo.
- Dado Anonimizado: é a informação que perde o vínculo com você. Ela não permite identificar você após o uso de técnicas seguras.
- Dado Pseudonimizado: é o dado que só identifica você com uma informação extra. Guardamos essa "chave" de forma separada e protegida.
- Hipossuficiência: é a situação de quem não tem condições financeiras de pagar pelos serviços jurídicos sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família. É o que dá direito ao atendimento gratuito pela Defensoria.
- Declaração de Hipossuficiência: documento que comprova que uma pessoa não tem condições de pagar as custas processuais e que também garante a gratuidade em serviços de cartório, como certidões e registro de casamento.
- SOLAR (Solução Avançada de Atendimento de Referência): é o sistema finalístico padrão de processamento de informações; prática de atos processuais; registro dos atendimentos, petições e atividades judiciais e extrajudiciais; geração de relatórios; controle de dados e cadastro dos usuários da Defensoria Pública.

4- Quais tipos de dados pessoais utilizamos?

Nós tratamos seus dados pessoais para realizar seu atendimento e garantir seus direitos fundamentais.

UNIDADE DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A depender do tipo de serviço oferecido pela DPEMT, poderão ser coletados dados pessoais, como nome, apelido, CPF, RG, filiação, data de nascimento, sexo/gênero, estado civil, telefone, e-mail, informações financeiras (individual e familiar), naturalidade, nacionalidade, endereço, profissão, escolaridade, foto, documentos pessoais.

Também poderão ser coletados dados pessoais sensíveis, como orientação sexual, identidade de gênero (nome social), etnia, raça/cor, informações sobre saúde e dados genéticos.

5- Utilizamos dados de crianças e adolescentes, idosos e outros grupos vulneráveis?

Sim. Tratamos esses dados para garantir sua proteção integral e o acesso à assistência jurídica gratuita.

- Para crianças e adolescentes, agimos sempre buscando o seu melhor interesse, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- Para idosos, garantimos um tratamento simples, claro e acessível, conforme o Estatuto do Idoso.
- Cuidamos também das informações de outros grupos vulneráveis, como vítimas de violência doméstica, com total sigilo.

O cadastro no sistema SOLAR ocorre de forma semelhante para todos os nossos usuários, com proteções adicionais quando exigidas por lei.

6- Por que e como tratamos seus dados pessoais?

Usamos seus dados para cumprir nossa **missão institucional**. Tratamos suas informações para realizar os seguintes serviços:

- Orientação Jurídica: ajudamos com conselhos e explicações sobre seus direitos.
- Defesa Judicial: elaboramos defesas e apresentamos provas em processos na Justiça.
- Defesa Extrajudicial: buscamos soluções e acordos fora dos tribunais, como em cartórios.
- Promoção de Direitos Humanos: compartilhamos conhecimentos na sociedade, realizamos palestras e projetos sociais como o "Pai Presente", "Meu Pai Tem Nome" e "Ribeirinho Cidadão".
- Defesa de Interesses Coletivos: atuamos em causas que beneficiam toda a população, como melhorias no transporte e saúde pública.
- Fornecimento de Declaração de Hipossuficiência.

UNIDADE DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Dessa forma, em regra, não solicitamos seu consentimento para tratar seus dados pessoais, pois esse tratamento está enquadrado em outras hipóteses previstas pela LGPD, especialmente:

- cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela DPEMT (art. 7º, II; e art. 11, II, “a”);
- execução de políticas públicas pela administração pública (art. 7º, III, e art. 11, II, “b”);
- execução de contrato ou procedimentos preliminares (art. 7º, V); e
- exercício regular de direitos (art. 7º, VI, e art. 11, II, “d”).

7- Como obtemos seus dados pessoais?

Coletamos seus dados quando você solicita atendimento em nossas unidades físicas ou virtuais. Nossos servidores inserem essas informações no sistema SOLAR durante o seu cadastro.

Podemos também buscar informações em bases oficiais, como o CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal), para complementar seu perfil. Usamos esses dados na execução de processos de trabalho e para emitir a Declaração de Hipossuficiência.

8- Como armazenamos seus dados pessoais?

O SOLAR é o sistema oficial da DPEMT para registro e acompanhamento dos atendimentos prestados. É nele que guardamos seus dados de forma digital e segura.

Suas informações ficam armazenadas em ambiente tecnológico controlado, com criptografia e medidas de segurança compatíveis com as exigências da LGPD e da legislação de contratações públicas. O sistema SOLAR é auditável, todos os acessos ficam registrados, o que permite identificar e prevenir qualquer uso indevido das suas informações. Eventuais serviços contratados de terceiros (como nuvem ou suporte técnico) observam cláusulas contratuais específicas de proteção de dados.

9- Com quem podemos compartilhar seus dados pessoais?

Compartilhamos seus dados apenas quando é necessário para realizar o seu atendimento ou quando exigido por lei. Esse compartilhamento ocorre de forma segura, responsável e respeitando os sigilos legalmente aplicáveis.

Não compartilhamos suas informações com empresas ou outros órgãos para fins comerciais.

Os principais destinatários são:

UNIDADE DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- Poder Judiciário, por meio dos sistemas PJe (Processo Judicial Eletrônico) e SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), para instruir processos e garantir sua assistência jurídica;
- Outros órgãos públicos, quando exigido por lei (por exemplo, INSS, cartórios extrajudiciais, autoridades policiais e Conselhos Tutelares);
- Ministério Público e órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado no exercício de atribuições legais de fiscalização;
- Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), quando solicitar informações ou houver comunicação de incidente.

10- Qual a duração do tratamento/armazenamento?

Guardamos seus dados pelo tempo necessário ao seu histórico de atendimentos e ao acompanhamento de processos judiciais, garantindo que sua assistência jurídica ocorra sem interrupções.

Após o encerramento da finalidade, a guarda observa os prazos previstos na legislação de arquivos públicos, que poderá exigir a guarda permanente de certas informações de interesse histórico ou administrativo.

11- Como protegemos seus dados pessoais?

Adotamos medidas técnicas e administrativas para garantir a segurança das suas informações, entre elas:

- Controle de acesso ao sistema por senhas individuais e por perfis de usuário, conforme a função de cada servidor;
- Registro de logs (auditoria) de todos os acessos e operações realizadas no sistema SOLAR;
- Criptografia das informações em trânsito e em repouso;
- Cópias de segurança (backups) realizadas diariamente;
- Treinamento periódico dos servidores em proteção de dados pessoais;
- Cláusulas contratuais de proteção de dados nos contratos com fornecedores e parceiros.

Caso ocorra um incidente de segurança que traga risco relevante aos seus dados pessoais, comunicaremos você e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) imediatamente, conforme determina a LGPD, para garantir transparência e reduzir possíveis danos à sua privacidade.

12- Quais são os seus direitos de titular de dados pessoais?

Você tem controle sobre suas informações. A lei garante diversos direitos para proteger sua privacidade (art. 18 da LGPD). Abaixo os listamos:

UNIDADE DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- Saber sobre o tratamento: você tem o direito de saber como e por que usamos seus dados.
- Confirmar e acessar: você pode pedir para ver quais informações guardamos. O acesso pode ser imediato (versão simples) ou em 15 dias (declaração completa).
- Corrigir seus dados: você pode pedir a atualização de informações erradas, antigas ou incompletas.
- Limitar o uso: você pode solicitar a exclusão de dados desnecessários ou tratados contra a lei.
- Saber sobre compartilhamentos: você pode descobrir com quais órgãos ou empresas compartilhamos seus dados.
- Direitos sobre o consentimento: quando o tratamento depender de sua autorização direta, você pode negar o uso de seus dados, saber as consequências dessa recusa, ou retirar uma permissão já dada. Esse direito não se aplica aos tratamentos baseados em obrigação legal ou execução de políticas públicas, que são a regra na atuação da Defensoria.
- Portabilidade dos dados: você pode pedir o envio de suas informações para outro prestador de serviço, quando aplicável.
- Revisar decisões automáticas: você pode pedir a revisão de decisões feitas apenas por computadores que afetem você.

13- Como exercer seus direitos?

Para exercer seus direitos, preencha o [formulário](#) disponível em nosso [site](#) ou compareça presencialmente no setor de Protocolo de nossa Sede Administrativa. Avaliaremos a possibilidade de atendimento imediato. Caso não seja possível, informaremos você sobre os motivos ou prazos necessários. O serviço é gratuito.

14- Podemos realizar transferência internacional de dados?

Sim, em situações específicas. A transferência internacional pode ocorrer, por exemplo, quando utilizamos serviços de armazenamento em nuvem ou ferramentas tecnológicas cujos servidores estão localizados fora do Brasil.

Quando isso acontece, observamos rigorosamente as hipóteses autorizadas pelos arts. 33 a 36 da LGPD, garantindo que o país de destino ofereça grau de proteção de dados adequado ou que existam cláusulas contratuais específicas e demais salvaguardas exigidas pela ANPD.

UNIDADE DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

15- Como ocorre a eliminação de seus dados pessoais?

Excluimos seus dados quando a finalidade do seu atendimento termina. Entretanto, as **leis de arquivos públicos** podem exigir a guarda permanente de certas informações, hipótese em que a eliminação não será realizada.

16- Atualizações deste Aviso de Privacidade

Este Aviso pode ser atualizado periodicamente para refletir mudanças na legislação, em nossos processos internos ou nos sistemas que utilizamos. A revisão é coordenada pela Unidade de Tratamento de Dados Pessoais (UTDP) da DPEMT.

A versão mais recente estará sempre disponível no site institucional da DPEMT, com indicação da data da última atualização.

17- Contato do Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais

Para mais esclarecimentos ou dúvidas sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais na DPEMT, fale com nosso Encarregado (DPO) pelo telefone (65) 99966-9184 ou pelo e-mail dadospessoais@dp.mt.gov.br.